



CCDR
ALENTEJO

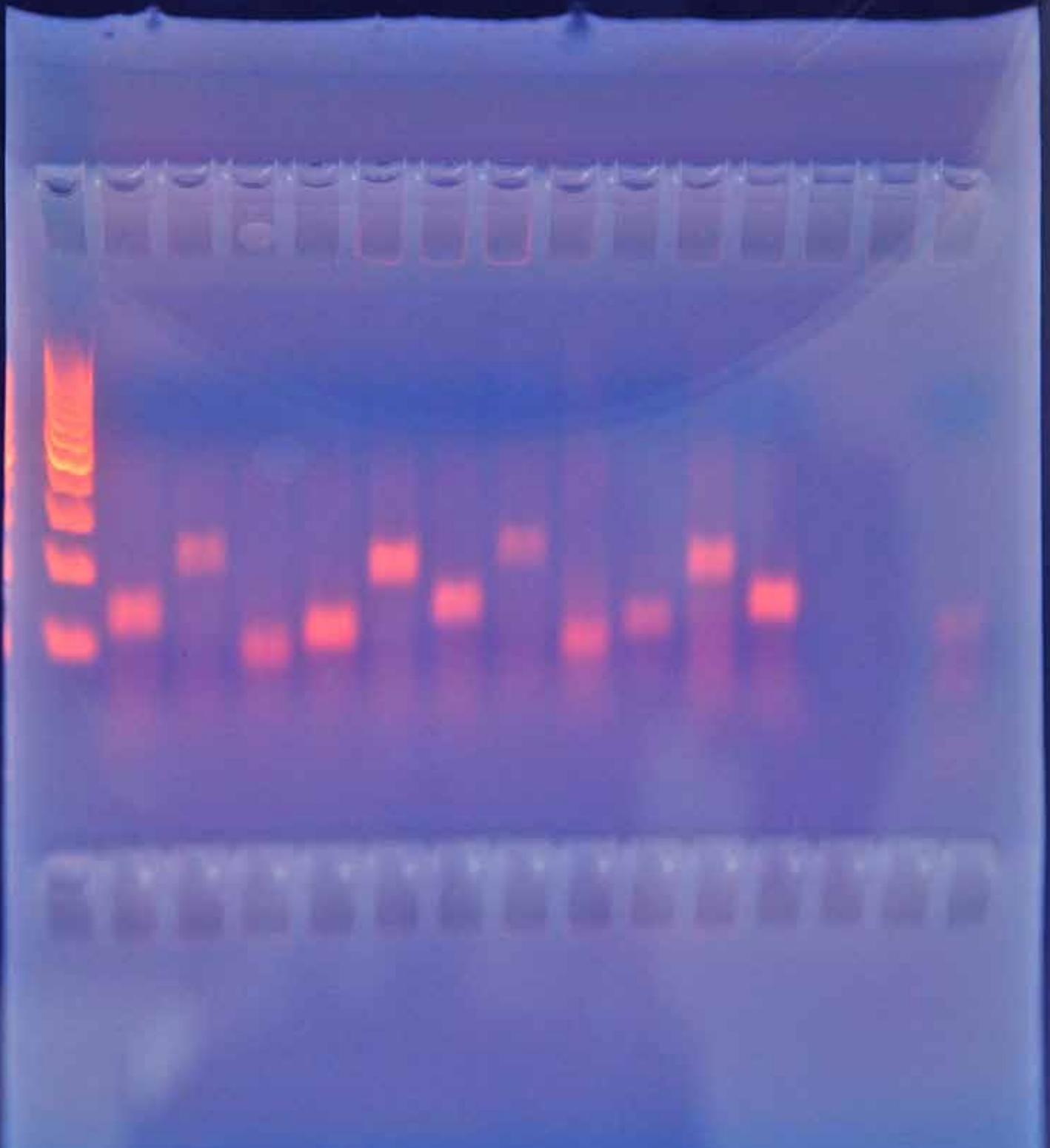
Boletim Trimestral 29



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

A consciência de que a transferência de tecnologia deve servir os interesses do país tem vindo a alterar o papel das Instituições de Ensino Superior de modo a transformar o conhecimento em serviços e produtos inovadores e tecnologicamente mais sofisticados. As Instituições de Ensino Superior e os Centros de Investigação começam a ter um papel mais ativo e proeminente na sociedade e estão a incorporar uma terceira atividade relacionada com a intervenção ao nível do desenvolvimento local e regional. No Alentejo, esta vertente de promoção de um ecossistema de inovação, assume relevância estratégica no âmbito das componentes estruturais do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, com destaque para o PACT enquanto infra-estrutura importante no acolhimento e suporte a iniciativas de promoção e transferência de I&DT.



Ficha Técnica

Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

- Roberto Pereira Grilo

Diretor Executivo

- Joaquim Fialho

Conceção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Benedita Peixe
- Carlos Almeida
- Nelson Faustino
- Teresa Godinho

Colaboradores externos

- Universidade de Évora - Soumodip Sarkar,
Professor Catedrático

Edição

Junho 2018

Capa

Igreja Matriz de Safara

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

4 Conjuntura Regional

10 Temas em destaque

Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social

14 Investimento Empresarial na Região Alentejo

18 O Setor Agrícola no Alentejo

23 Perspetiva 2020

A Triple Helix a Mexer

25 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

28 Síntese da Execução

Conjuntura Regional • 1º Trimestre de 2018

O mercado de trabalho regional revela uma evolução muito favorável relativamente à taxa de desemprego e à população desempregada, tanto em comparação com o trimestre anterior como com o período homólogo.

Como contexto à análise da conjuntura regional, não será displicente referir que o Alentejo é a região mais desertificada do país, representando mais de 1/3 do território nacional e apenas 7% da população portuguesa. É também a região mais envelhecida, em que 25% da população tem 65 e mais anos (enquanto a média nacional é de 21,4%). Neste enquadramento, a região tem uma taxa de emprego no 1º trimestre de 2018, (51,7%) que continua a ser inferior ao valor médio nacional (54,3%). Porém, regionalmente, a mesma tem vindo a registar valores de tendência crescente, acompanhando a evolução da **população empregada**. Esta, tem vindo também a aumentar (apesar de um ligeiro decréscimo face ao trimestre anterior - variação de -0,2%), verificando-se, neste indicador, que face ao período homólogo de 2017, há uma variação positiva de 3,2%. A **taxa de desemprego** regional no último trimestre de 2017 ultrapassou o valor verificado no país (8,4% vs 8,1%) e no trimestre em análise aproximou-se dos valores médios nacionais, (Região 7,8% e nacional 7,9%). No entanto, há que destacar a evolução positiva registada na região, onde este indicador continua a diminuir, quer face ao trimestre anterior (variação de - 7,1%), quer face ao período homólogo (-13,3%).

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2018 - Mercado de trabalho

Indicador	1º Trimestre 2018	4º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Mil.)	347,7	350,5	341,3	1,9	-0,8	INE
População empregada por conta de outrém (Mil.)	320,5	321,1	310,5	3,2	-0,2	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrém (€)	811	817	809	0,2	-0,7	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade	56,1	56,3	54,6	2,7	-0,4	INE
Taxa de desemprego (%)	7,8	8,4	9	-13,3	-7,1	INE
População desempregada (Milh.)	27,3	29,5	30,9	-11,7	-7,5	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	26,2	25,9	30,9	-15,1	1,3	IEFP

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

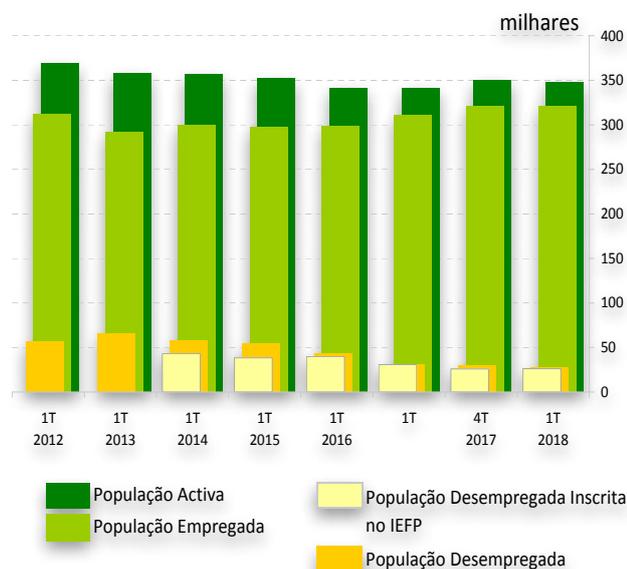
A **população desempregada** também tem vindo a diminuir, face aos dois trimestres em referência. Também a **população desempregada inscrita nos centros de emprego** revela um decréscimo face ao trimestre homólogo de -15,1%, apesar do ligeiro acréscimo de 1,3% face ao trimestre anterior.

A população activa e a taxa de actividade, são indicadores com registos favoráveis face ao período homólogo se bem que revelem ligeira variação negativa face ao trimestre anterior.

O rendimento médio mensal revela uma variação negativa (-0,4%) face ao trimestre anterior mas positiva face ao período homólogo (+0,2%).



População Activa, Empregada e Desempregada Alentejo – Evolução de 2012 a 2018



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

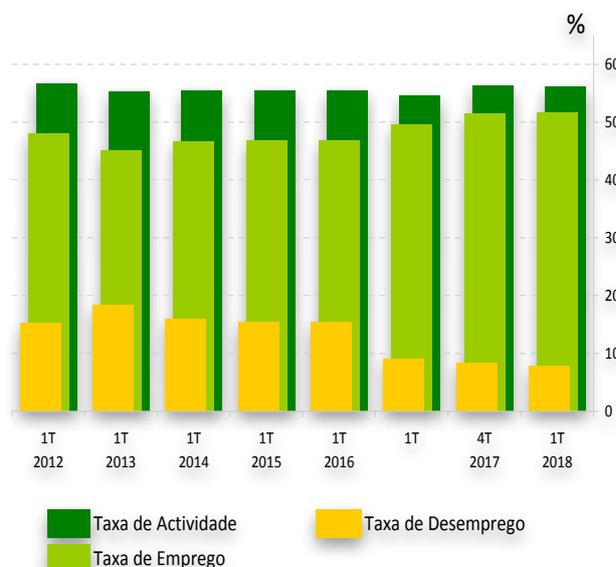
Se se tiver em conta a evolução dos indicadores referenciados, durante um período temporal mais alargado, pode verificar-se que a **população activa**, atingiu o valor mais elevado em 2012, tendo diminuído até ao primeiro trimestre de 2017, data a partir da qual revela uma tendência ascendente, não tendo ainda ultrapassado os valores verificados no primeiro trimestre de 2015. A **população empregada** atingiu o menor valor no primeiro trimestre de 2013, tendo vindo a recuperar continuamente. No primeiro trimestre de 2018 já ultrapassou os valores verificados em 2012. Quanto à **população desempregada**, tem vindo a revelar tendência decrescente, tendência acompanhada pela **população desempregada** inscrita no IEFP, havendo mesmo uma aproximação dos dois indicadores.

Os empréstimos concedidos pelo sector bancário às famílias e às empresas, revelam uma variação negativa face ao período homólogo, mas positiva face ao trimestre anterior.

No que concerne à avaliação bancária, há a destacar o **rácio de crédito vencido** no âmbito dos empréstimos **às famílias e às empresas**, tendo ambos os indicadores, verificado uma variação negativa face ao trimestre homólogo (- 9,3% e - 30,6%, respectivamente) e positiva face ao trimestre anterior (+2,1% e + 2,0%, respectivamente). Também **os empréstimos concedidos a sociedades tiveram** uma tendência similar (-4,5% face ao período homólogo e +0,1% face ao trimestre anterior)

A **taxa de emprego** teve o seu pior momento no primeiro trimestre de 2013, revelando uma tendência continuada crescente a partir desse período. No primeiro trimestre de 2018, ultrapassou o valor verificado em 2012.

Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2012 a 2018



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

A **taxa de desemprego**, perfeitamente coerente com o indicador anterior, revela uma tendência inversa. Isto é, o pior momento (valor mais elevado) foi também em 2013, tendo vindo a decrescer e apresentando no primeiro trimestre de 2018 os valores menos elevados neste período de análise.

Quanto à **taxa de actividade**, após o início do movimento descendente em 2013, a partir do início de 2017, a tendência inverte-se positivamente.



Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2018 - Avaliação Bancária

Indicador	1º Trimestre 2018	4º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Avaliação Bancária						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	4,9	4,8	5,4	-9,3	2,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶ €)	8512	8516	8507	0,1	-0,05	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	311,2	309,9	307,6	1,2	0,4	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	10	9,8	14,4	-30,6	2,0	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4281	4275	4483	-4,5	0,1	BP

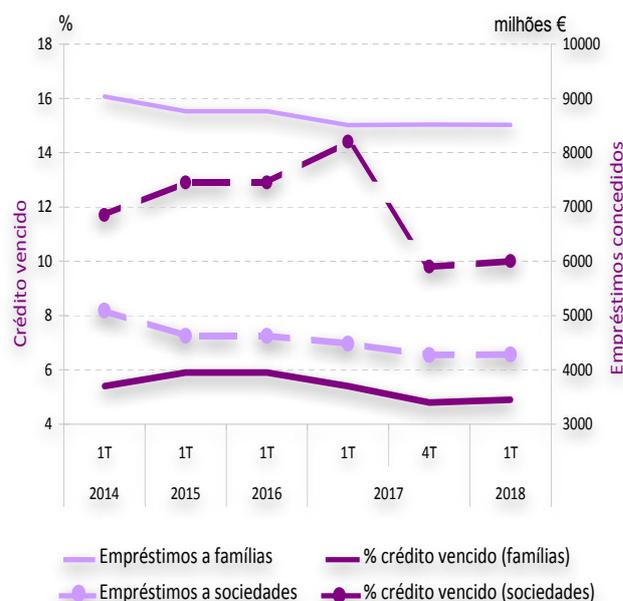
Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Já os **empréstimos concedidos às famílias**, encontram-se com uma ligeira tendência decrescente, face ao trimestre anterior e ainda positiva (+0,1%) face ao período homólogo.

Ainda no âmbito destes empréstimos, mas tendo em conta os devedores, há uma tendência crescente face aos dois períodos em referência. Tendo em conta um período temporal mais alargado, pode verificar-se que a maior relevância é assumida pelos **empréstimos às famílias**, assim como o respectivo **crédito vencido**. De salientar que este, veio tendo valores crescentes até ao 1º trimestre de 2017, passando a inverter a tendência, se bem que no último trimestre (1º T 2018) revela uma nova tendência de crescimento. Porém, os valores de ambos os indicadores em 2018, são inferiores aos valores verificados no início de 2014.

Os valores **dos empréstimos às sociedades e respectivo crédito vencido**, inferiores relativamente aos mesmos indicadores referentes às famílias, têm verificado uma tendência decrescente, assumindo também valores inferiores aos verificados no início de 2014.

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades - Alentejo - Evolução 2014-2018 (1T)



Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

No que se refere à habitação, continua a verificar-se a subida dos valores da avaliação bancária dos alojamentos, face ao período homólogo, havendo, no entanto, uma variação negativa deste indicador de -0,1%, face ao trimestre anterior, chegando o valor do m² a 973€, no último trimestre.

No âmbito das **licenças de construção**, há a referenciar a variação positiva de 35%, relativamente ao trimestre anterior e de + 12,5% face ao trimestre homólogo. Porém, esta variação refere-se a um número de fogos que não pode considerar-se muito relevante, pelo que não poderá, por este indicador, assumir-se grandes alterações no sector da construção. Está em causa um acréscimo de licenças para mais 14 e 4 fogos, face ao trimestre anterior e ao trimestre homólogo, respectivamente.

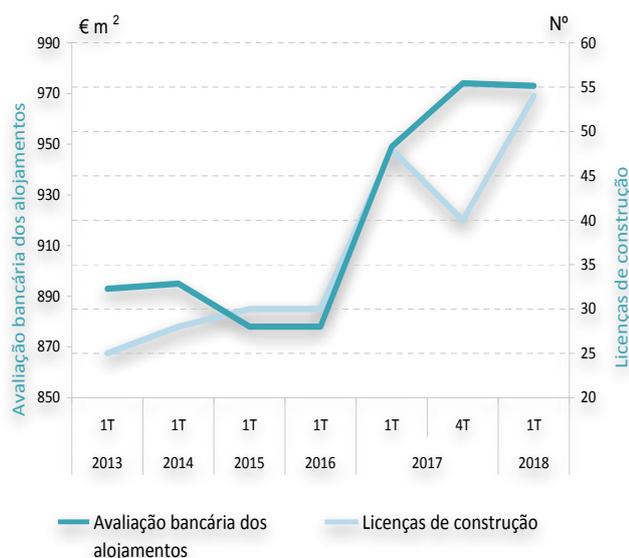
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2018 - Habitação e Turismo

Indicador	1º Trimestre 2018	4º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	54	40	48	12,5	35,0	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	973	974	949	2,5	-0,1	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	118,8	98,5	91,5	29,9	*	INE
Turismo - proveitos totais (10 ³ €)	5999	5969	4754	26,2	*	INE

Fontes: INE - Infoline

A avaliação bancária dos alojamentos, viu este trimestre interromper a continuidade da tendência ascendente (desde o 1º T de 2016) do valor por m², dada a variação, neste valor, de -0,1% face ao trimestre anterior. Porém, mantém-se ainda uma variação de +2,5% face ao período homólogo. No 4º T de 2016 o valor do m² era de 947€ e no 4º trimestre de 2017 chegou a 974€/m², o que significa que num ano, o valor do m² aumentou em 27€. No trimestre em análise, surge uma pequena inversão na tendência crescente, representada pela diminuição de 1€/m².

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos – Alentejo - Evolução 2013 a 2018



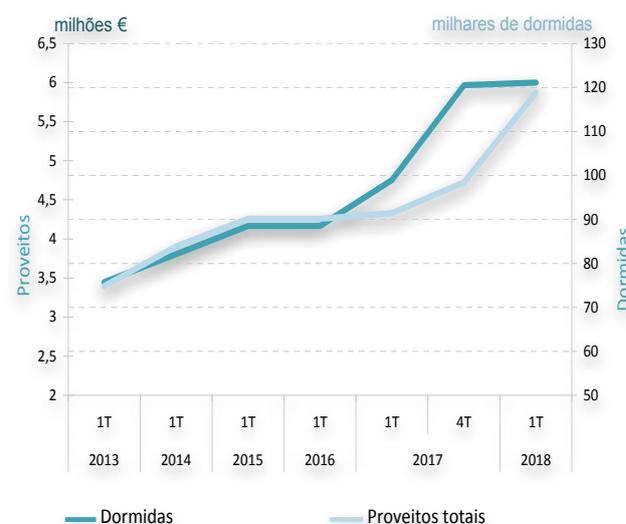
Fontes: INE - Infoline

Quanto ao turismo, continua a revelar-se um sector em ascensão, comprovada pelo crescimento de 29,9% no número de dormida e de

26,2% nos proveitos, o que corresponde a cerca de mais 27 300 dormidas e 1,2 milhões de euros de proveitos, face ao período homólogo.

Desde 2013 que a tendência destas duas variáveis se tem revelado ascendente, principalmente a partir do início de 2016. No entanto, o número de dormidas tem aumentado proporcionalmente mais que os proveitos, o que pode levar a crer que o valor das dormidas tem diminuído com o aumento da oferta, parecendo haver agora uma tendência de convergência.

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo - Evolução 2013 a 2018



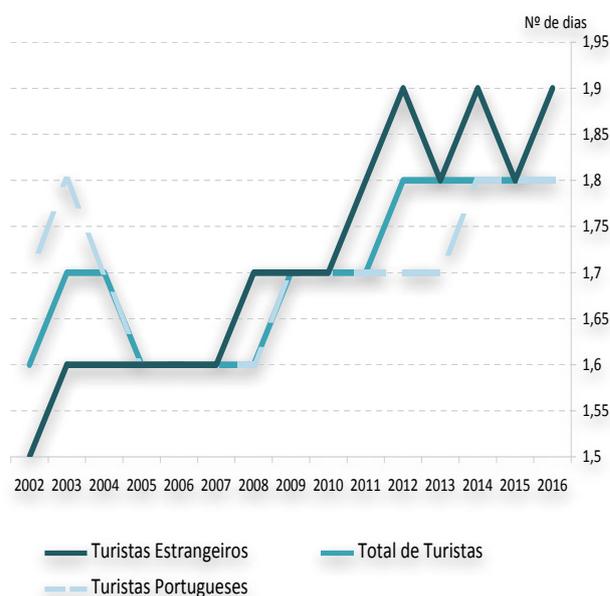
Fontes: INE - Infoline

A estada média na região, em número de dias, em estabelecimentos hoteleiros, tem vindo a consolidar-se numa média de cerca de dois dias, média que praticamente se tem vindo a manter

desde 2013. Há uma ligeira tendência de os turistas estrangeiros, permanecerem um pouco mais de tempo na região, relativamente aos nacionais que se ficam por uma média de cerca 1,8 dias.



Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2002 a 2016



Fontes: INE - Infoline

As Importações/Exportações continuam a assumir uma importância relevante para a região, sendo que este trimestre as exportações diminuíram, face ao período homólogo. Porém, como as importações registaram uma variação negativa de valor superior, o saldo da balança comercial no Alentejo continua a manter-se positivo

De salientar que as exportações de bens, face ao trimestre anterior, manifestaram um ligeiro acréscimo de 0,1%, apesar de face ao período homólogo se ter verificado a variação de -9,5%. A diminuição do valor das exportações foi mais significativa no que concerne ao comércio Extra-Comunitário (nesse caso, a variação homóloga é de -24,8%), dado que para o espaço europeu até houve um acréscimo de 1,6% no trimestre (apesar de uma variação de -5,1% face ao período homólogo).

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2018 - Exportação / Importação

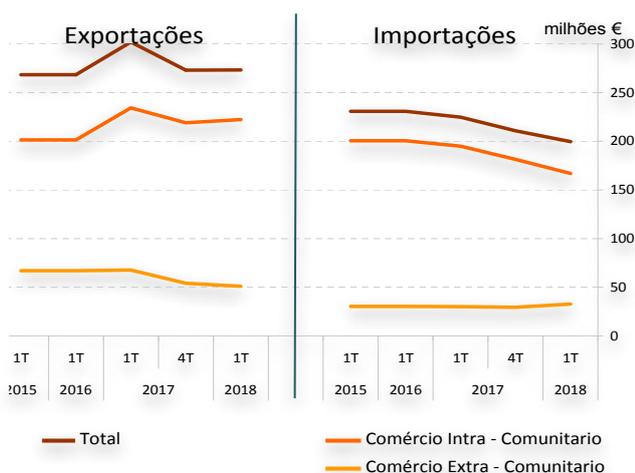
Indicador	1º Trimestre 2018	4º Trimestre 2017	1º Trimestre 2017	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	273,4	273,1	302,1	-9,5	0,1	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	222,4	218,9	234,4	-5,1	1,6	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	50,9	54,2	67,7	-24,8	-6,0	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	199,7	210,8	224,9	-11,2	-5,3	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	166,9	181,4	194,9	-14,3	-8,0	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	32,7	29,4	30,0	9,2	11,4	INE

Fonte: INE - Infoline

As importações de bens, registaram um decréscimo de 11,2% face ao período homólogo e de 5,3% face ao trimestre anterior. Esta variação negativa deveu-se essencialmente ao comércio intra-co-

munitário, já que as importações extra – comunitárias, registaram variações positivas, quer face ao trimestre (+11,4%), quer face ao período homólogo (+9,2%). Com a diminuição global das importações, o Alentejo continua a ter uma balança comercial equilibrada.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra-Comunitário - Alentejo - Evolução de 2015 a 2018



Fonte: INE - Infoline

Fazendo uma análise temporal mais alargada, é facilmente verificável a tendência evolutiva das exportações, com um «pico» em 2017, mas com tendência crescente no comércio intra comunitário e decrescente no comércio fora da Europa. Já as importações, manifestam a tendência decrescente no que se refere ao comércio europeu e uma ligeira tendência crescente nas importações extra – comunitárias.

O material de transporte continua a ser o bem mais importado e os produtos minerais os mais exportados

As exportações continuam a incidir essencialmente sobre produtos minerais, plástico e borracha e produtos de Indústrias químicas, enquanto as importações incidem sobre material de transporte, máquinas e aparelhos e plástico e borracha.

Artigo da responsabilidade de Amável Candeias, sociólogo, mestre em família e população e Teresa Godinho, economista Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, CCDR Alentejo.

Exportações e Importações por Tipo de Bens - Evolução de 2015 a 2018



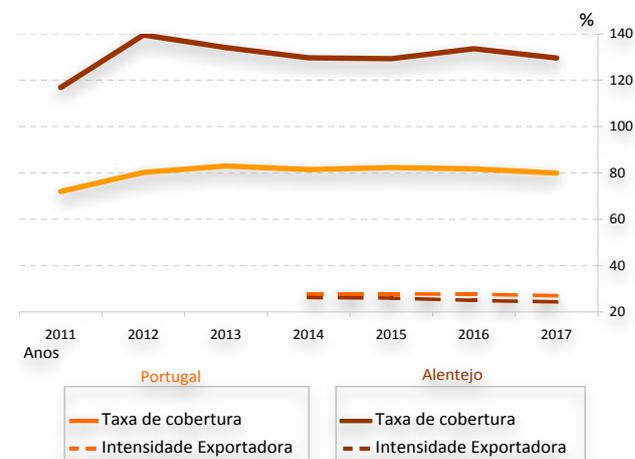
Fonte: INE - Infoline

Apesar das importações de material de transporte continuarem a ser as mais significativas, há uma tendência evolutiva decrescente. As máquinas e aparelhos revelam uma tendência de manutenção desde 2016 e o plástico e borracha, revelaram a situação mais elevada em 2017.

Quanto às exportações, em qualquer dos produtos referenciados, as tendências não são continuadas.

Continua a verificar-se que a taxa de cobertura regional, das importações pelas exportações é superior à mesma taxa nacional, se bem que a intensidade exportadora do país seja superior à da Região ■

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora* (%) Portugal e Alentejo - Evolução de 2011 a 2017



*Intensidade exportadora: Exportações de bens / PIB x 100

Fonte: INE - Infoline

Tema em destaque

Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social

A importância do Contexto Regional

Em 2015, as **Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)** passaram a executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, nas respetivas áreas geográficas de atuação.

Esta nova atribuição assenta na premissa fundamental de que a atribuição de apoios à comunicação social local e regional deve ser levada a **efeito num contexto efetivamente regional**, em termos que permitam aproximar os centros de decisão dos beneficiários desses apoios e que garantam uma avaliação mais rigorosa, porque **feita com maior proximidade**, das necessidades e desafios que se colocam aos órgãos de comunicação social regionais e locais e respetivas comunidades.

A **alteração legislativa** acompanhou uma tendência, que se tem verificado noutros países, de aprofundamento e revisão dos regimes de apoios diretos e indiretos à comunicação social.

A **CCDR** para fazer face a esta nova competência criou o Gabinete de Incentivos do Estado à Comunicação Social (GICS), cuja atividade foi iniciada em maio de 2015.

O **Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social** sofreu uma revisão através do **Decreto-Lei nº23/2015**, de 6 de fevereiro.

Na base desta alteração legislativa estiveram:

- os problemas detetados no anterior regime de incentivos;
- as modificações profundas que se registaram ao longo dos anos no panorama dos órgãos de comunicação social;
- a necessidade de readaptação dos seus modelos de negócio às plataformas digitais e a novas audiências, em linha com os objetivos preconizados pela **Agenda Digital Europeia**, de acordo com uma visão sistémica que invertesse o isolamento do setor em relação a outras políticas públicas e permitisse acompanhar a sua evolução e promover uma maior racionalidade subjacente à atividade e à realização de despesa pública.

Este novo regime assenta em **cinco pilares fundamentais** a saber:

- **Um primeiro** que passa por promover uma maior **interligação entre o regime de incentivo à comunicação social e outros sistemas de incentivos públicos**, uns dirigidos à formação, outros à inovação ou à qualificação, a que também poderão aceder as empresas de comunicação social, os jornalistas e outros profissionais do setor;
- **O segundo** prende-se com os **apoios à formação e empregabilidade dos jornalistas e profissionais dos órgãos de comunicação social**;
- **O terceiro pilar** passa por promover uma **convergência mais efetiva dos meios de comunicação social para o digital**. O **incentivo ao desenvolvimento digital** tem em vista apoiar essa convergência, de forma a maximizar a utilização de recursos e a libertar recursos para a produção de conteúdos jornalísticos;
- **Um quarto pilar** fundamental do novo regime consiste na criação de um incentivo à literacia e educação para a comunicação social, envolvendo, pela primeira vez, estabelecimentos de ensino, associações, instituições de solidariedade social e órgãos de comunicação social. Esta inovação vem reconhecer a grande **importância do tema da literacia e inclusão no domínio dos media e da agenda digital** e procura dar continuidade às iniciativas já desenvolvidas, entre outras entidades, pela UNESCO;

- **O quinto e último pilar** respeita ao facto de se encontrar prevista uma gestão dos apoios no **quadro de um contexto efetivamente regional**. Ao atribuir competências às várias CCDR e a comissões de acompanhamento do regime de incentivos, comuns ao incentivo à leitura de publicações periódicas e aos incentivos do Estado à comunicação social, assegura-se que os apoios serão atribuídos por entidades que se encontram mais próximas das comunidades regionais e locais, ficando as mesmas, por isso, sujeitas a um maior escrutínio, publicidade e responsabilização por parte das respetivas populações e dos agentes económicos interessados.

Este incentivo encontra-se estruturado em **5 tipologias**, sob a alçada das CCDR's:



O Decreto-Lei n.º 22/2015, de 6 de fevereiro aprova o **regime de incentivo à leitura de publicações periódicas**.

Este Regime de Incentivos sofreu ajustamentos através do citado Decreto-Lei, como seja o **reconhecimento da importância que o incentivo à leitura** assume nos tempos que correm **para a difusão da imprensa local e regional em território nacional e estrangeiro** entre públicos, assinantes e leitores prevendo-se assim um aumento da percentagem e da cobertura da comparticipação do Estado nos custos da expedição postal, ou uma **flexibilização das condições de acesso ao incentivo à leitura**, através de uma descida dos números de tiragem média mínima por edição exigidos, permitindo assim, o aumento do universo de publicações elegíveis.

A implementação dos regimes na CCDRA, projetos e ações desenvolvidas

O GICS estabeleceu entre outros objetivos, garantir, que todos os Órgãos de Comunicação Social (OGS) desta região têm conhecimento dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social e

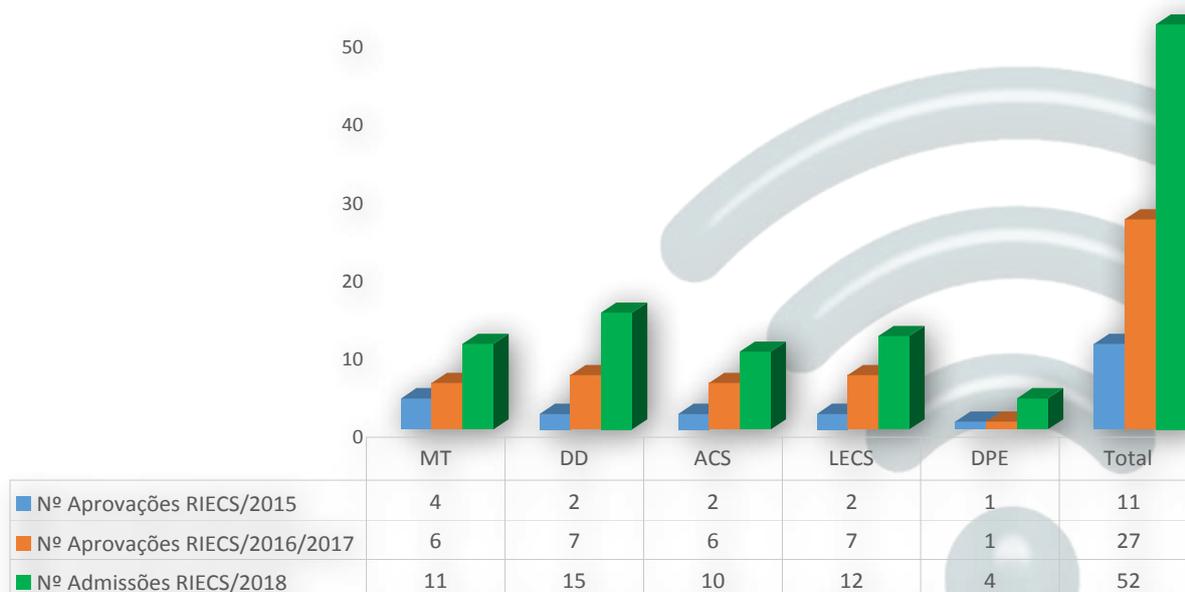
que as medidas respeitantes à sua aplicação são executadas por esta CCDR.

Para alcançar tal objetivo, desenvolveu uma política de proximidade, que se traduziu:

No âmbito do **Regime de Incentivo à Leitura de Publicações Periódicas** beneficiaram de cartão de acesso com majoração 13 OCS dos 26 que à presente data reúnem condições de candidatura.

No âmbito do **RIECS** – Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social, ao **aumento exponencial** do número de candidaturas aprovadas/admitidas entre 2015, 2016/2017 e 2018.

Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social



No âmbito da divulgação das boas práticas, em diversos fóruns internacionais, o GICS promoveu a divulgação dos projetos desenvolvidos pelos OCS regionais, no âmbito do RIECS. Desta divulgação resultou a visita de uma comitiva polaca, interessada em conhecer *in loco* alguns dos projetos. O GICS acompanhou a visita à Rádio Voz da Planície – Beja e ao Diário do Sul- Évora, janeiro de 2017.

Diário do Sul

Uma comitiva polaca esteve ontem nas instalações do Grupo Diário do Sul para conhecer os projetos onde estão a ser aplicados os incentivos do Estado à comunicação social. Do desenvolvimento digital ao desenvolvimento de parcerias estratégicas do Diário do Sul e Rádio Telefonía do Alentejo.

Jozef Mozolewski, Jerzy Jaworski e Andrzej Matla ficaram a conhecer os projetos que envolvem as parcerias do grupo, sobretudo o intercâmbio estabelecido com o Diário do Sul do estado de Santa Catarina, no Brasil. “Damos a conhecer a nossa região, a nossa economia, o nosso turismo e o nosso vinho, por exemplo, e eles fazem o mesmo a partir do Brasil”, explicou o administrador José Miguel Piçarra, destacando a importância de ambos os jornais falarem a mesma língua.

In Diário do Sul: 23-01-2017



Voz da Planície recebeu visita de delegação da Polónia

A visita à Voz da Planície foi feita no âmbito do Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social Apresentação dos Projetos: Literacia e Educação para a Comunicação Social e Acessibilidade e nela participaram membros do NSZZ Solidarnosc: Mr Jozef Mozolewski, Mr Jerzy Jaworski e Mr Andrzej Matla. Acompanharam esta delegação, as técnicas do Gabinete de Incentivos à Comunicação Social (GICS), da CCDR Alentejo.

O protejo que mereceu destaque nesta visita, consiste numa parceria estabelecida entre a Voz da Planície e Cercibeja que visa melhorar a acessibilidade aos meios de comunicação social de cidadãos portadores de deficiência.

A comitiva tomou contacto com o projecto, e com os seus resultados, na visita que fez ao Lar Residencial da Cercibeja. *In Rádio Voz da Planície: 20-01-2017*



A par de todas as atividades mencionadas efetuou-se também um reconhecimento virtual de todos os OCS da Região Alentejo, os quais se encontram georreferenciados no site desta CCDR, em <http://www.ccdr-a.gov.pt/index.php/ccdra/incentivo-a-comunicacao-social/ocs-alentejo>

O GICS numa política de proximidade, efetuou um conjunto de visitas de reconhecimento, apresentação e divulgação dos sistemas de incentivos do Estado à Comunicação Social.

Perspetivas de futuro

Na senda do desenvolvimento de uma política de proximidade em relação aos órgãos de comunicação social da sua área de atuação, Alentejo, **pretende-se:**

- Continuar a garantir que **todos os OCS** desta região **têm conhecimento destes regimes de incentivos** e que as medidas respeitantes à sua aplicação são executadas por esta CCDR, efetuando visitas presenciais a todos os OCS da região.
- **Aumentar** o número de entidades com **candidaturas aprovadas aos dois regimes de incentivos;**
- **Conhecer in loco a realidade dos OCS da Região**, fomentando uma política de proximidade que permitirá que o GICS continue a ser o porta-voz das sugestões / recomendações proferidas pelos OCS desta região;
- Prosseguir com **ações de divulgação dos projetos aprovados** aos OCS da Região, de forma a potenciar relações externas que possam constituir uma mais valia nas futuras candidaturas, em particular na tipologia de parcerias estratégicas e ainda divulgar o que se pode considerar uma boa prática no âmbito do apoio do Estado Português aos órgãos de comunicação de âmbito regional e local;
- Garantir que os projetos aprovados no âmbito dos RIECS, são executados de acordo com o proposto nas candidaturas, procedendo assim, em nome de uma política **de transparência e boa gestão do dinheiro público** (financiamento atribuído) manter as visitas de fiscalização;
- A **realização em 2018 de um Forum Regional** alargado a todos os intervenientes da comunicação social

Em suma, efetivar o **contexto regional**, cientes do papel da Comunicação Social Regional e Local, nas políticas de proximidade e na promoção da cultura e identidade da nossa **Região Alentejo** ■

Tema em destaque

Investimento Empresarial na Região Alentejo

A realização de investimento é um fator essencial para promover o crescimento económico e o aumento da produtividade. É o investimento que induz nas organizações a melhoria das instalações, a aquisição de equipamentos e os processos que incorporam conhecimento e inovação, os quais permitirão utilizar de forma mais produtiva os recursos disponíveis.

Reconhecendo isso mesmo, o PORTUGAL 2020 incorpora um Programa Operacional exclusivamente dedicado ao investimento na economia nacional (o COMPETE – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização) e tem nos restantes Programas Operacionais um conjunto de medidas que promovem o investimento produtivo.

Com o objetivo de avaliar e monitorizar o que se passa na Região Alentejo fez-se um levantamento da procura de investimento empresarial ao abrigo dos Programas do PORTUGAL 2020 que operam nesta região, designadamente o COMPETE e o ALENTEJO 2020 (Programa Operacional Regional do Alentejo). Considerou-se investimento empresarial aquele que é promovido pelas empresas privadas, ou similares, financiado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) ao abrigo das Tipologias de Intervenção 27 – Promoção do Microempreendedorismo; 41 – Desenvolvimento Económico de Base Local; 46 – Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico; 47- Atividades de I&D empresarial; 48 – Clusters e Redes de Inovação; 49 - Investimento empresarial em inovação de não PME; 51 – Empreendedorismo qualificado e criativo; 52 - Internacionalização das PME; e 53- Qualificação e inovação das PME. Para realizar este trabalho utilizou-se a informação recolhida junto do MOF ALENTEJO 2020 - Listagem de Operações e SGO.

No quadro seguinte são apresentados os projetos empresariais aprovados para a Região do Alentejo financiados pelo FEDER e dados reportados a 31 de março de 2018.

Quadro n.º 1 – Projetos Empresariais aprovados na Região Alentejo por Tipologia de Intervenção

TI	N.º Projetos N.º	Investimento Total	Investimento Elegível	Incentivo
Milhões de Euros				
TI 27	56	11,59	10,59	4,78
TI 41	87	6,22	5,84	2,84
TI 46	14	12,79	10,19	8,66
TI 47	105	79,62	76,89	49,19
TI 48	13	6,19	5,58	2,79
TI 49	14	190,66	187,91	76,19
TI 51	154	143,15	134,49	85,57
TI 52	456	379,76	333,53	191,56
TI 53	406	525,02	470,70	297,26
Total	1305	1.355,02	1.235,71	718,84

Conforme se pode comprovar, no Alentejo encontram-se aprovados mais de 1 300 projetos, que pressupõem um volume de investimento superior a 1 350 milhões de euros o qual vai mobilizar mais de 700 milhões de euros de Fundos Europeus. A nível de relevância, quer quanto ao número de projetos aprovados, quer quanto aos valores de investimento e incentivo, o destaque vai para as Tipologias de Intervenção 52 e 53, que em conjunto representam cerca de 2/3 dos Fundos Europeus aprovados para financiar os projetos empresariais aprovados para o Alentejo.

Gráfico n.º 1 – Projetos Empresariais aprovados na Região Alentejo por Objetivo Temático

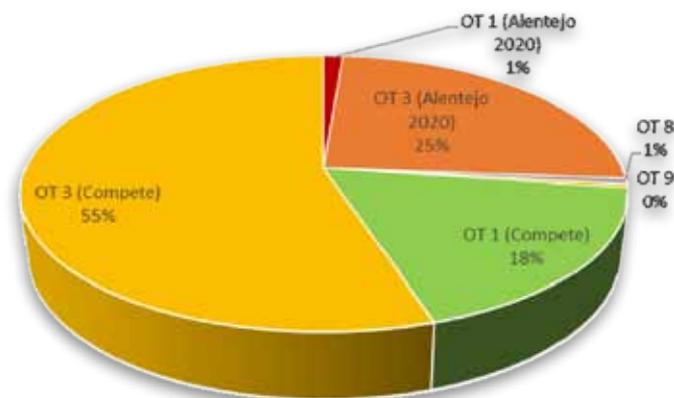


Em termos de objetivos temáticos associados a estes projetos, em particular, verifica-se que incidem em quatro Objetivos Temáticos (OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, OT 3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral; e OT 9 - Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação).

O destaque vai para o OT 3, que tem aprovadas mais de mil operações, com um investimento associado que supera os mil milhões de euros, o qual vai ser apoiado por cerca de 574 milhões de euros provenientes dos Fundos Europeus.

A repartição do valor do incentivo aprovado por Objetivo Temático e Programa financiador permite constatar que o COMPETE é o principal programa financiador destes projetos nesta região, pois apesar de mobilizar apenas dois OT (OT 1 e OT 3), compromete valores de incentivo superiores a 500 milhões de euros, valor esse que corresponde a cerca de 75% dos Fundos Europeus mobilizados para financiar estes projetos no Alentejo. O restante montante de financiamento é garantido pelo ALENTEJO 2020, com particular relevância para o OT 3.

Gráfico n.º 2 – Fundos Europeus mobilizados para financiar projetos empresariais por Objetivo Temático e Programa financiador



Fazendo a avaliação da repartição dos projetos empresariais pelo território que compõe a região, constata-se que existem duas NUTS III, que se destacam das restantes, o Alentejo Central e a Lezíria do Tejo. Estas duas NUTS III detêm mais de 60% do número de projetos, bem como do investimento a realizar e dos Fundos Europeus envolvidos para os financiar.

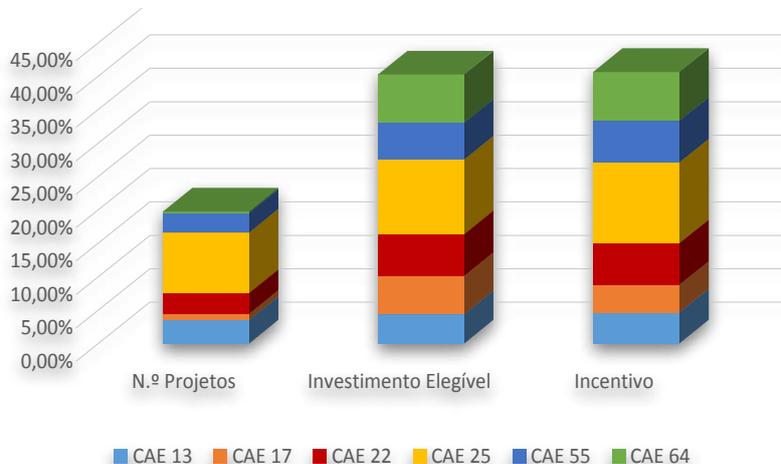
Gráfico n.º 3 – Projetos Empresariais aprovados na Região Alentejo por NUTS III



As diferenças observadas são estatisticamente significativas e indiciam claramente uma diferença de dinâmicas empresariais entre as diferentes NUTS III.

Analisando a incidência do investimento empresarial por CAE, com o objetivo de monitorizar quais os setores que revelam mais dinâmica no recurso a Fundos Europeus, deparou-se com duas situações algo distintas. Uma a que se observa a nível nacional, e a outra a situação observada a nível regional.

Gráfico n.º 4 – Projetos Empresariais aprovados em Portugal por CAE

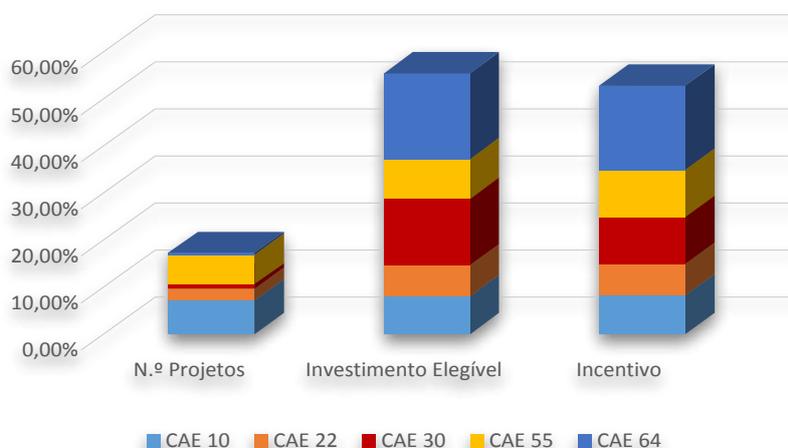


A nível nacional as CAE's mais representativas no recurso a Fundos Europeus são: 13 - Fabricação de têxteis; 17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; 25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; 55 - Alojamento; e 64 - Atividades das Instituições financeiras e de crédito. Em conjunto estas CAE representam cerca de 45% do investimento e dos incentivos aprovados para os financiar. Neste conjunto merece particular destaque a CAE 25 porque é a que envolve maior número de projetos e maior volume de investimento.

Já no que respeita à Região Alentejo a situação é um pouco diferente, logo porque as cinco CAE's mais representativas, apesar de congregarem poucos projetos (perto de 300), concentram volumes consideráveis de investimento e de incentivo dos Fundos Europeus, que ascendem a valores na ordem dos 370 milhões de euros de investimento elegível e 320 milhões de euros de incentivo.

Em termos mais discriminados constata-se que as CAE's mais representativas no Alentejo são: 10 - Indústrias alimentares; 22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte; 55 - Alojamento; e 64 - Atividades das Instituições financeiras e de crédito.

Gráfico n.º 5 – Projetos Empresariais aprovados na Região Alentejo por CAE



De salientar que na CAE 30 a maior parte dos projetos aprovados insere-se na CAE 30300 - Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado; indiciando a prevalência do Cluster aeronáutico nesta Região.

Para identificar um padrão de especialização na região recorreu-se ao cálculo de quocientes de localização, relativos ao número de projetos, investimento elegível e incentivo aprovado. Foram identificadas 16 CAE mais representativas quer no nível Nacional quer no nível regional. O quadro seguinte apresenta os resultados apurados.

Quadro n.º 2 – Quocientes de localização dos setores de atividade económica no Alentejo

CAE	N.º Projetos	Investimento Elegível	Incentivo
01 - Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	4,48	4,50	4,30
08 - Outras indústrias extrativas	2,69	2,94	2,59
10 - Indústrias alimentares	2,02	1,92	1,85
11 - Indústria das bebidas	2,30	2,12	1,85
13 - Fabricação de têxteis	0,16	0,14	0,17
17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0,11	0,01	0,01
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	0,79	1,04	1,08
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	0,48	0,21	0,21
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte	1,20	4,97	3,90
55 - Alojamento	2,10	1,53	1,61
61 - Telecomunicações	3,23	2,75	3,39
63 - Atividades dos serviços de informação	2,26	2,24	1,92
64 - Atividades das instituições financeiras de crédito	2,15	2,52	2,44
70 - Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	1,77	2,74	2,87
85 - Educação	1,49	2,41	2,61
94 - Atividades das organizações associativas	4,15	3,11	2,91

Em termos globais verifica-se que na Região Alentejo a procura por incentivos por parte das empresas é em grande parte coincidente com os setores nos quais a região apresenta um padrão de especialização bem marcado, como sejam o setor agrícola e indústrias relacionadas e a indústria extrativa, mas também junto dos setores emergentes, como são a Aeronáutica, o Turismo e as Telecomunicações ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

Tema em destaque

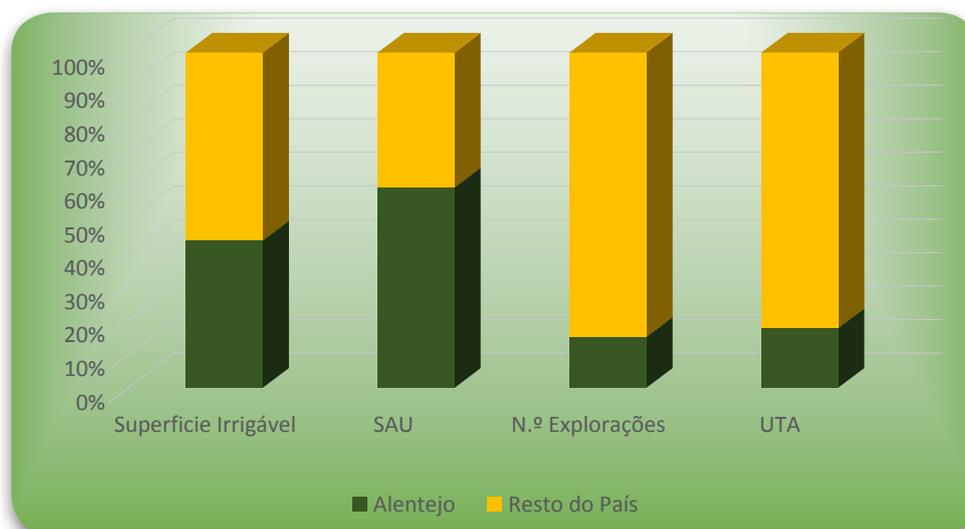
O Setor Agrícola no Alentejo



O Alentejo desde sempre tem sido identificado como uma região primordialmente virada para a agricultura. Com o decorrer dos anos tem havido um enfraquecimento do peso do setor na economia regional, trajetória que está a ser alterada com o aumento considerável da área de regadio na região, promovida pela implementação do sistema de rega do EFMA e com a intensificação dos sistemas culturais.

No que concerne às componentes estruturais, saliente-se que no Alentejo se concentra perto de 60% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e cerca de 45% da área irrigável do País.

Gráfico N.º 1 - Estrutura do setor agrícola no Alentejo



Fonte: INE, Inquérito à estrutura das Explorações Agrícolas, 2016

Por sua vez esta região apenas detém cerca de 36 mil explorações agrícolas que correspondem a 15% do total do país. O mesmo se passa relativamente à utilização de mão-de-obra, medida em UTA (Unidade Homem Trabalho) que nesta região corresponde a 17% do total nacional, sendo utilizadas anualmente mais de 50 mil UTA.

No que respeita à utilização das terras verifica-se que nesta Região encontram-se 59% das terras aráveis do País, nas quais são praticadas culturas temporárias, milho, trigo, girassol, etc.; 70% da área nacional de pastagens permanentes e 39% da área de culturas permanentes, com particular destaque para o Olival que, com cerca de 200 mil hectares, têm a sua maior expressão nesta região e também para a vinha, esta não tanto pela área ocupada, mas pela qualidade do produto final.

Gráfico N.º 2 - Utilização da SAU no Alentejo



Fonte: INE, Inquérito à estrutura das Explorações Agrícolas, 2016

Já quanto aos efetivos pecuários, constata-se que nesta região se localizam a maior parte dos efetivos de bovinos, ovinos e suínos.

Gráfico N.º 3 - Efetivos pecuários no Alentejo

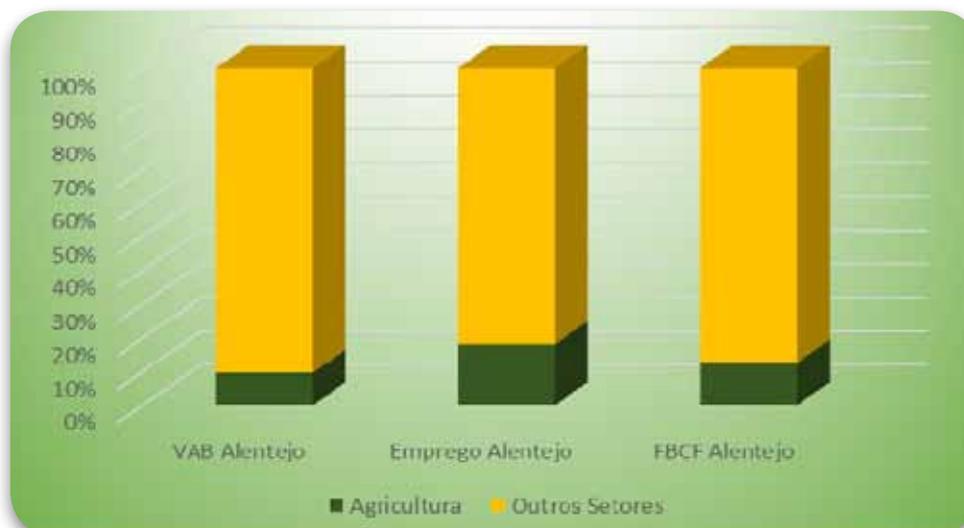


Fonte: INE, Inquérito à estrutura das Explorações Agrícolas, 2016

Se, em termos estruturais, se constata que nesta região estão reunidas as condições para que a mesma seja a grande produtora nacional, em termos globais o setor da agricultura apresenta-se com algum peso específico considerável no contexto da economia regional.



Gráfico N.º 4 - Peso do setor agrícola no Alentejo

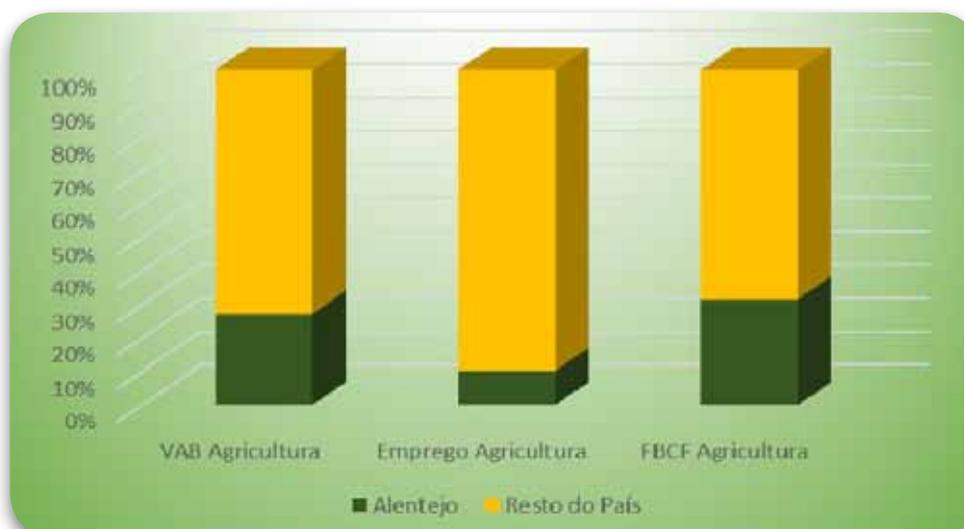


Fonte: INE, Contas Regionais, 2017

Este setor, tendo como base a média dos últimos 5 anos, representa 10% do VAB Regional, 18% do emprego total na região e 13% da Formação bruta de capital fixo, ou seja, do investimento efetuado nesta região.

O peso deste setor no contexto do país ainda é mais relevante, utilizando a média dos últimos 5 anos verificamos que o Alentejo representa 27% do VAB do setor agrícola, 10% do emprego e 31 % do investimento (FBCF) feito em Portugal no setor da agricultura.

Gráfico N.º 5 - Peso do setor agrícola do Alentejo no País



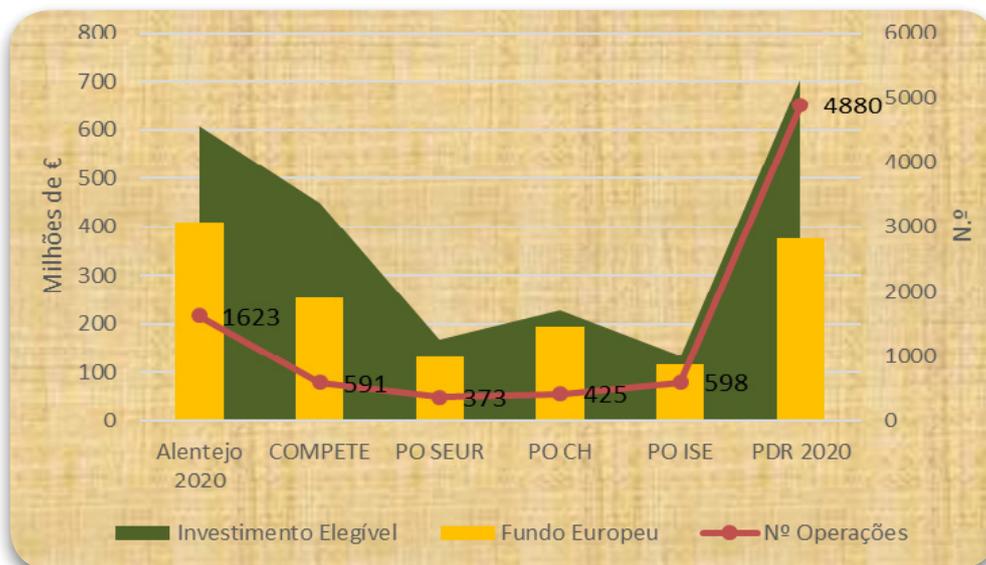
Fonte: INE, Contas Regionais, 2017

Pelo exposto, dá para concluir que o setor da agricultura é representativo da base económica regional e assume grande preponderância no contexto nacional.

Outro aspeto importante tem que ver com a procura de investimento ao abrigo dos Fundos Europeus e, a esse nível, também se constata que o investimento realizado ao abrigo do PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural), corresponde a 54% do total de operações aprovadas para esta região, 30% do investimento previsto e 25% do incentivo aprovado para financiar as operações em execução no Alentejo.



Gráfico N.º 6 - Investimento realizado no Alentejo ao abrigo dos programas do Portugal 2020



Fonte: INE, Contas Regionais, 2017

Em função destes resultados pode-se dizer que o setor agrícola no Alentejo tem uma dinâmica própria muito bem expressa na procura que há pelos Fundos Europeus para financiar os seus investimentos.

Também quando se procura identificar um padrão de especialização na região, utilizando para tal o quociente de localização, observa-se que apenas no setor agrícola se denota um padrão de especialização face à realidade nacional pois, quer ao nível do VAB, quer ao nível do emprego, quer ainda ao nível da FBCF, apenas este setor se diferencia consideravelmente dos restantes.

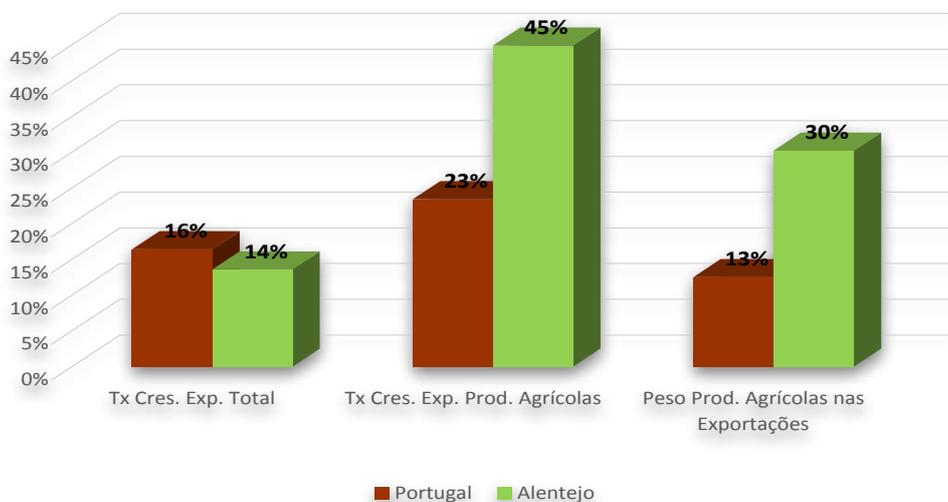
Quadro N.º 1 - Quocientes de localização dos setores de atividade económica no Alentejo

Sectores de Atividade	VAB	Emprego	FBCF
Agricultura	4,19	1,63	3,70
Indústria	1,25	0,87	1,55
Construção	0,97	0,88	2,02
Comércio	0,88	0,92	0,87
Inf. Comunicação	0,33	0,29	0,20
At. Financeiras	0,47	0,67	0,22
At. Imobiliárias	0,97	0,56	0,56
At. Consultadoria e Científicas	0,47	0,56	0,31
Adm. Publica e Defesa	1,07	1,23	0,89
At. Artísticas e espetáculos	0,80	0,98	0,65

Fonte: INE, Contas Regionais, 2017

Por fim e para completar esta breve síntese é importante que se faça uma abordagem ao conteúdo das exportações que têm origem nesta região, na qual uma vez mais os produtos agrícolas assumem particular destaque.

Gráfico N.º 7 - Exportações do setor agrícola do Alentejo no País



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, 2017

No que concerne ao peso no total verifica-se que as exportações de produtos agrícolas na região Alentejo ascendem a 30% do total de exportações com origem nesta região. Paralelamente, verificou-se que, ao longo dos últimos 5 anos, as exportações desta região em geral cresceram 13.6%, enquanto as exportações de produtos agrícolas cresceram cerca de 45%, o que vem atestar um crescimento claramente superior à média e faz destes produtos um dos motores das exportações de bens e serviços com origem no Alentejo.

Estas breves linhas são esclarecedoras acerca da importância do setor agrícola na base económica regional e podem servir de chamada de atenção para a pertinência da sua inclusão no desenho de qualquer estratégia de desenvolvimento para esta Região ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

Perspetiva 2020

A Triple Helix a Mexer



Segundo a tese *Triple Helix*, a interação entre a Universidade, a Indústria e o Governo é a chave para a inovação numa sociedade que se baseia no conhecimento (*knowledge-based society*).

A criação de conhecimento pelas Instituições de Ensino Superior, quer Universidades, quer Institutos Politécnicos, e a posterior transferência para as empresas, através dos spinoffs, é muito importante, principalmente porque permite promover o espírito de criatividade e de criação de empresas¹. Por outro lado, para além de influenciar o desempenho económico das empresas, regiões e países, também contribui para a inovação, para o empreendedorismo e para o desenvolvimento das competências das organizações e das pessoas.

As Instituições de Ensino Superior, para além das suas atividades primárias, isto é, para além das atividades de ensino e investigação, estão cada vez mais a incorporar uma terceira atividade que vai ter repercussões diretas na economia e que está relacionada com a sua intervenção e atuação ao nível do desenvolvimento económico local e regional. (Etzkowitz e Webster; 1991)

A consciência de que a transferência de tecnologia deve servir os interesses do país tem vindo a alterar o papel da Universidade, de modo a transformar o conhecimento transmitido em comercialização de serviços e produtos inovadores no mercado. A Universidade começa a ter um papel mais ativo e proeminente na sociedade, e o seu desempenho está cada vez mais condicionado à sua contribuição direta para a economia através da transferência de tecnologia e conhecimento para empresas de base tecnológica inovadora.

Esta cooperação entre o sistema universitário e o sistema empresarial permite às empresas, em particular às mais pequenas, o acesso às melhores tecnologias e processos. As Instituições de Ensino Superior e os centros de investigação são também uma fonte importante de transferência de conhecimento para as atividades de inovação das empresas.

As empresas procuram sobretudo o acesso às inovações tecnológicas. Assim, o processo de inovação tem vindo a tornar-se num dos principais indicadores para a determinação da competitividade das empresas. A competitividade vai influenciar os resultados vinculados à capacidade de acompanhar as mudanças e o desenvolvimento do mercado, bem como a criação e expansão para novos mercados nacionais e internacionais. Assim, a procura por uma melhor qualidade e desempenho e pelo desenvolvimento de produtos/serviços tecnologicamente mais sofisticados, obriga as empresas a utilizar mais tecnologia inovadora como estratégia para manter e aumentar a sua competitividade.

Segundo autores como Landry et al. (2006), há várias formas pelas quais as Instituições de Ensino Superior e os seus investigadores transferem conhecimento, como, por exemplo, através de: conferências e publicações científicas; formação de equipas de trabalho qualificadas; “comercialização”

¹ - Para mais informação: <https://www.dinheirovivo.pt/opiniao/862182/>

do conhecimento, por via da atividade de consultoria; contratos de investigação com a indústria; patenteamento e formação de spin-offs.

Na nossa região, o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT), inaugurado a 15 de setembro de 2015, assume-se como uma infraestrutura importante no acolhimento e suporte a iniciativas de promoção e transferência de I&DT no quadro do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e distingue-se pela aposta numa presença incorpórea em todas as sub-regiões do Alentejo, através da celebração de protocolos de entendimento e de promoção conjunta das infraestruturas do SRTT.

De facto, uma das missões do PACT prende-se com a contribuição significativa para a agenda europeia de inovação, incentivando a transferência de conhecimento entre a base de investigação e as empresas inovadoras.

Por outro lado, a visão do PACT é estimular talentos, facilitar a transferência de conhecimento, promover um ecossistema de inovação e conectar as partes interessadas para o desenvolvimento regional.

O PACT surge assim como uma instituição com vertente empreendedora que pretende fomentar o desenvolvimento de instituições de conhecimento e a sua cooperação com as empresas, através de spin-offs.

Como Vice-Reitor da Universidade de Évora, posso dizer que esta Instituição, através do Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e Transferência de Conhecimento, desenvolve atividades no sentido de promover a transferência de conhecimento e inovação, incluindo apoio às iniciativas interligadas com a criação de spin-offs.

Não é só na Universidade de Évora que é transferido conhecimento para o mundo empresarial. Nos Institutos Politécnicos presentes na região também há essa transferência de conhecimento. Por exemplo, o Instituto Politécnico de Beja é constituído por um Centro de Transferência de Conhecimento, criado com o objetivo de “unir competências, ampliar sinergias, promover novas relações e projetos de colaboração entre o IPBeja e o mundo empresarial envolvente, através de processos de transferência de tecnologia e conhecimento.”

Tradicionalmente, as universidades europeias, em geral, e as universidades portuguesas, em particular, têm vivido separadas do mundo dos negócios, o que não deveria acontecer. As universidades deveriam ensinar os seus alunos em como fazer a diferença ou como criar valor, mas, tradicionalmente, ensinam apenas em como pensar.

Presenciou-se, em Portugal, uma revolução com o novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. Resta saber até que ponto este regime pode promover o espírito de criatividade e de criação de empresas. Um primeiro passo seria clarificar o papel das Instituições de Ensino Superior depois da criação da empresa.

Acredito que o Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia, juntamente com a Universidade de Évora, os Institutos Politécnicos de Portalegre e Beja e os centros de investigação, darão origem na região a um gigante tecnológico como o Google. A grande questão é, quando? E será que podemos acelerar este processo? ■

Referências:

ETZKOWITZ, H., L. Leydesdorff. (Eds.) (1997), «Universities in the Global Knowledge Economy: A triple helix of university-industry-government relations», Londres: Cassell.

LANDRY, R., N. Amara, I. Rherrad (2006), «Why are some university researchers more likely to create spin-offs than others? Evidence from Canadian Universities», Research Policy, 34, Science direct, Elsevier, pp. 1599–1615;

Artigo da responsabilidade de Soumodip Sarkar, Professor Catedrático, Universidade de Évora - Presidente Executivo, Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT) - Vice-Reitor para Inovação, Cooperação e Empreendedorismo.

Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:

Requalificação da Igreja de Santo Antão

Beneficiário:

FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ANTAO DE EVORA

Concelho (Localização Física da Operação):

Évora

Investimento Elegível Aprovado:

€ 87.098

FEDER Aprovado:

€ 65.323

Descrição:

O monumento é um dos cartões-de-visita da cidade e encontrava-se muito degradado, sobretudo ao nível dos paramentos exteriores. O projecto de requalificação pretendeu melhorar o estado de conservação da igreja e, conseqüentemente, a sua imagem exterior. Para o efeito, procedeu-se a obras de reabilitação onde se incluíram: a reparação de rebocos exteriores e posteriores caições, a reparação e manutenção de portas, a limpeza e reparação de cantarias, a reparação do lanternim nas coberturas e a substituição de telhas ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Programa Operacional Regional

Investimentos em destaque

Ficha de Projecto

Projeto:**RECUPERAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DE SAFARA****Beneficiário:****MUNICIPIO DE MOURA****Concelho (Localização Física da Operação):****Safara - Moura****Investimento Elegível Aprovado:****€ 156.097****FEDER Aprovado:****€ 132.682****Descrição:**

No centro da povoação de Safara, ergue-se a Igreja de Safara que se destaca da linha da paisagem, não só pela sua beleza como pela sua magnificência. Do ponto de vista cultural, histórico, científico e turístico o Bem Imóvel a preservar apresenta um elevado valor, pelo que a sua recuperação irá promover a valorização de um ativo histórico-cultural que ajudará a consolidar o Alentejo como destino turístico associado a uma oferta qualificada.

A intervenção proposta pretende recuperar a Igreja Matriz de Safara através do restauro dos alçados e de algumas paredes interiores da igreja, corrigindo as deficiências construtivas, substituição de telhas cerâmicas, alterações relativas às caixilharias, aos revestimentos de paredes e aos elementos de contenção das alvenarias. Os alçados apenas serão modificados pela inclusão de caixilharias de madeira e vidro, em substituição das existentes que já não desempenham as suas funções ■

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



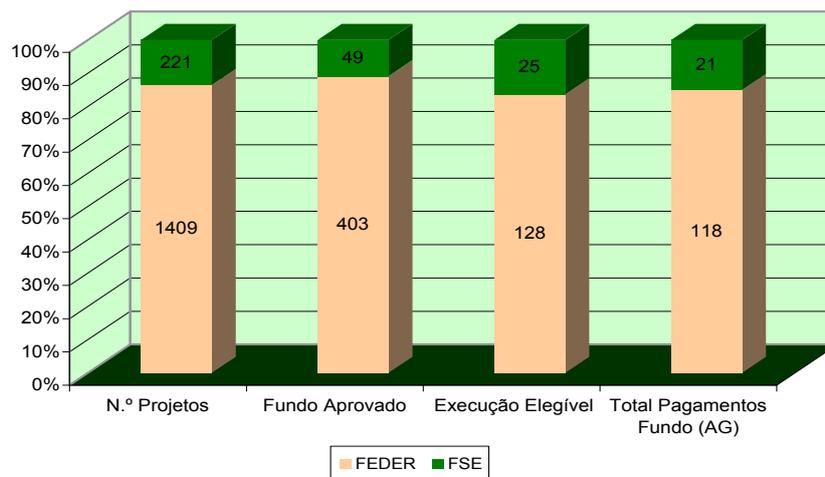


Programa Operacional Regional

Síntese da Execução do Alentejo 2020 (31 de Março de 2018)

Tendo como base os dados disponibilizados pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, relativos a 31 de Março de 2018, observa-se que foram aprovados no âmbito deste programa um total de 452 milhões de euros de Fundos Europeus atribuídos a 1.630 operações, dos quais 86% das operações e 89% dos Fundos foram aprovados no âmbito do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

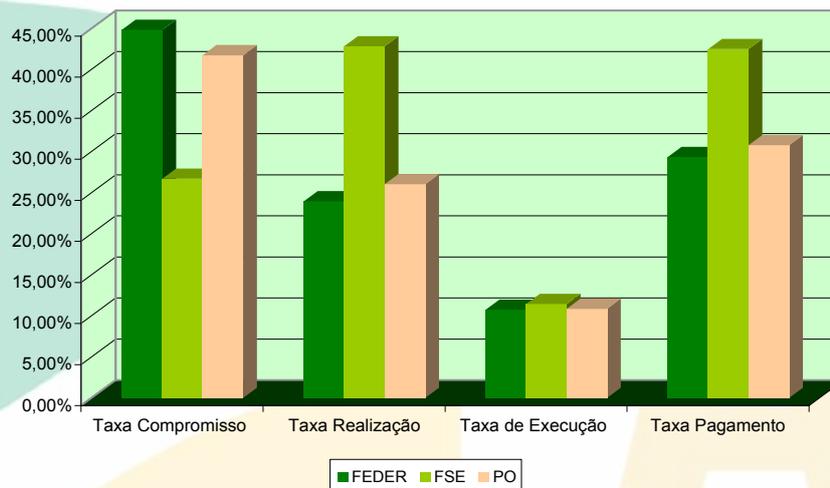
Gráfico – Síntese da execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Nessa data, encontravam-se validados cerca de 156 milhões de euros, a maior parte deles (85%) no âmbito do FEDER, e já tinham sido pagos a promotores perto de 140 milhões de euros.

Gráfico – Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Em termos dos Fundos Europeus presentes no Alentejo 2020, e no que respeita a indicadores de execução, o FSE – Fundo Social Europeu, destaca-se em alguns deles devido à sua génese e às normas que lhe estão associadas e que permitem a concessão de adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

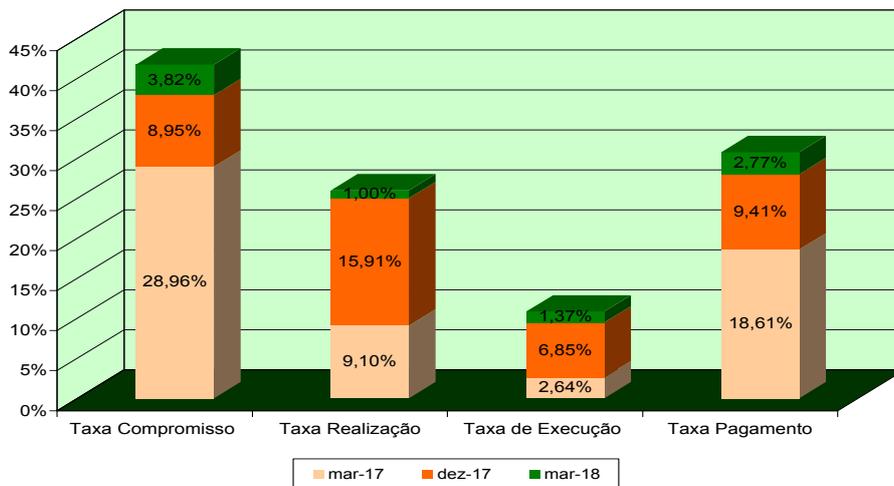
No que concerne à execução do Programa, a análise efetuada aos indicadores produzidos, permite cons-

2020

tatar que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores próximos de 42% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores de 26% e 11%, respetivamente, e valores já consideráveis (31%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado), com particular destaque para o FSE, cuja taxa se situa acima dos 40%.

A evolução dos indicadores ao longo do período de execução do Alentejo 2020, até 31 de Março de 2018, foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso e também na taxa de pagamento. Registe-se que, ao nível da taxa de execução, no último trimestre se verificou um aumento de 1,37 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 18 milhões de euros de Fundos Europeus no período em análise.

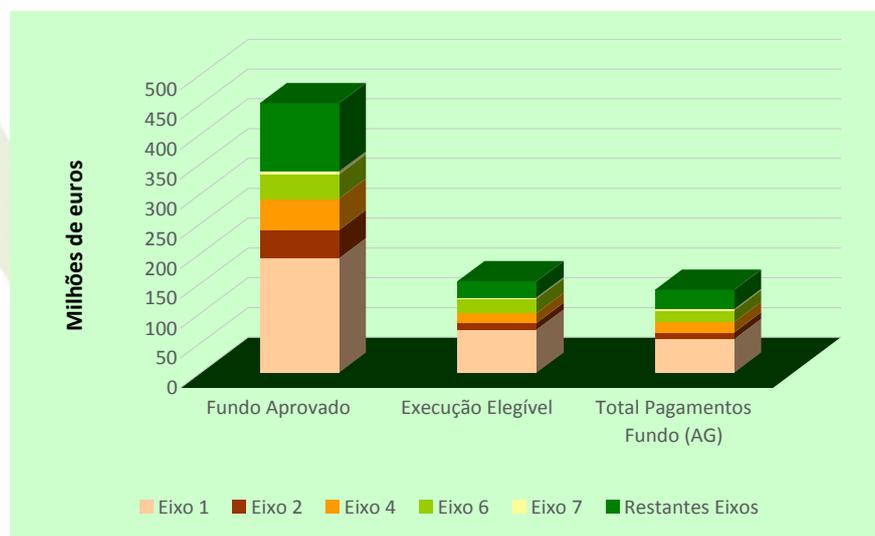
Gráfico – Evolução dos Indicadores de Execução do ALENTEJO 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 7 - Eficiência Energética e Mobilidade, representam 75% da dotação de Fundos Europeus associados a este PO Regional. Em 31 de Março de 2018, esses cinco eixos representavam 75% dos Fundos aprovados, 82% do fundo validado e 77% dos Fundos pagos.

Gráfico – Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

De entre os Eixos Prioritários mencionados, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (42%), como a nível de Fundo Validado (47%), e também de Fundo Pago (40%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.

Paralelamente, a análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo do primeiro trimestre de 2018, permite observar que foram aprovadas 244 operações que promoveram a aprovação de cerca de 42 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 10% relativamente ao final do ano transato. No mesmo período, foram validados perto de 51 milhões de euros de Fundos Europeus e pagos mais de 23 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 50% e 20%, respetivamente. Neste período também se destacou dos demais o Eixo 1.

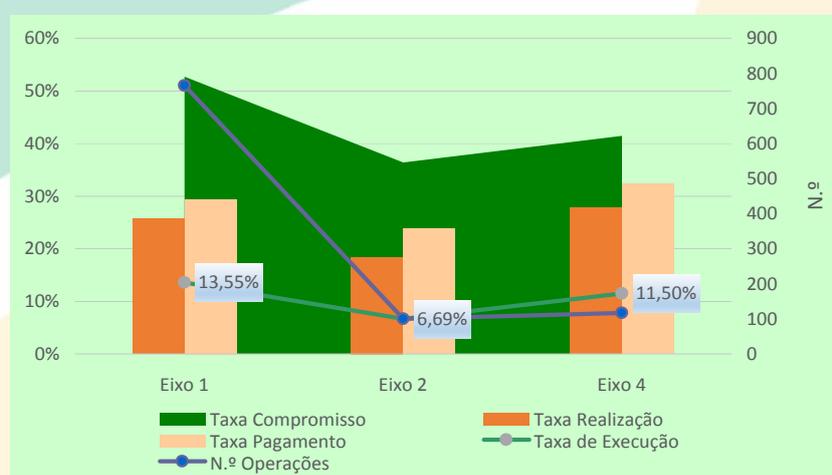
Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários no 1º trimestre de 2018



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução ao nível dos três Eixos Prioritários mais representativos, o 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, que detém a maior dotação de fundos europeus, 2 – Ensino e Qualificação do Capital Humano, que detém a maior dotação de FSE, e 4 – Desenvolvimento Urbano Sustentável. No que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado corresponde ao Eixo 1, com valores próximos dos 53%. Por sua vez, relativamente à taxa de realização e pagamentos destaca-se o Eixo 4, que se aproxima dos 28% e 32%, respetivamente.

Gráfico - Indicadores de Execução por Eixo prioritário



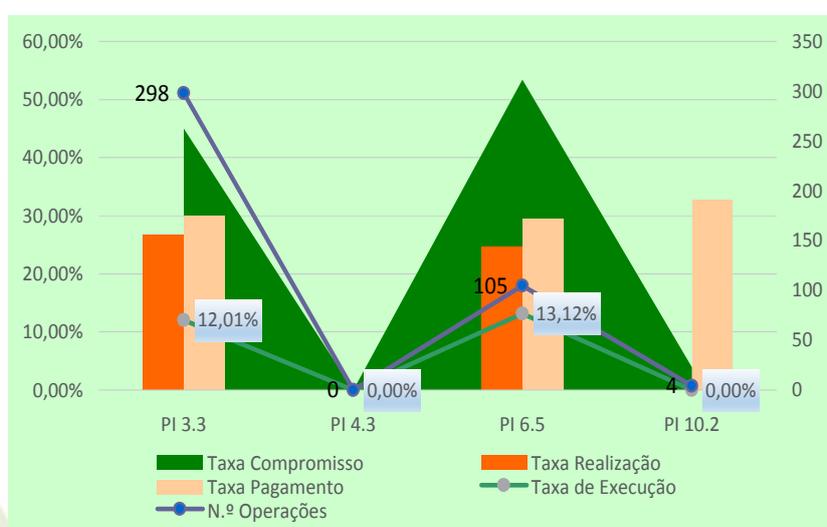
Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

No que concerne à taxa de execução, também se destaca o Eixo 1, com valores de 13,6%, os quais são superiores à média do programa (10,8%). A este nível as diferenças registadas entre estes três Eixos (1, 2 e 4) são particularmente evidentes ao nível do Fundo comprometido e do número de operações aprovadas, com vantagem para o Eixo 1, que continua a ser o mais dinâmico, uma vez que também é o que apresenta melhores valores de execução. De referir que todos os Eixos Prioritários já apresentam valores de execução, se bem que dois deles, o 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e o 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, apresentem taxas ainda reduzidas, próximas de 1%.

Realizando uma análise semelhante, mas envolvendo as quatro Prioridades de Investimento mais representativas em termos de dotações previstas no Alentejo 2020, (3.3 – Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, a que tem maior dotação, 4.3 - Concessão de apoio à eficiência energética, 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e 10.2 – Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior, que detém a maior dotação de FSE), é de referenciar o seguinte:

A PI 4.3, relacionada com a eficiência energética, não apresenta ainda operações aprovadas, e como tal não tem qualquer registo de execução. O mesmo se pode dizer a respeito da PI 10.2 que apresenta apenas 4 operações aprovadas que mobilizam cerca de 4% da dotação de Fundos Europeus prevista e que tirando um valor considerável de taxa de pagamento, muito por força da génese do FSE, não regista outros valores de execução.

Gráfico - Indicadores de Execução por Prioridade de Investimento



Fonte: AG Alentejo 2020 – Monitorização

A nível da Taxa de Compromisso, constata-se que os valores mais elevados se encontram nas PI 3.3 e 6.5 com valores de 45% e 53%, respetivamente. Por sua vez estas duas PI também registam valores muito próximos ao nível das taxas de realização (27%, 25%, respetivamente), das taxas de execução (12%, 13,1% respetivamente) e das taxas de pagamento (30%, 33%, respetivamente). De referir que além da PI 4.3, existem mais 3 PI (4.2 – Promoção da eficiência energética, 8.1 – Acesso ao emprego, e 11.2 – Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação) que não foram mobilizadas, pois não apresentam no final do período em análise qualquer operação aprovada ■

Artigo da responsabilidade de Carlos Almeida, engenheiro, mestre em economia agrícola - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.

